

RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.601 - TO (2019/0266778-9)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : ISMAEL PESSOA CARVALHO AMORIM
ADVOGADO : RANIERY ANTONIO RODRIGUES DE MIRANDA E OUTRO(S) -
TO004018
RECORRENTE : MUNICÍPIO DE ITAGUATINS
ADVOGADO : JUVENAL KLAYBER COELHO E OUTRO(S) - TO000182A
RECORRIDO : OS MESMOS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DO DEVEDOR. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROVEITO ECONÔMICO INESTIMÁVEL. APRECIÇÃO EQUITATIVA. ARTIGO 85, § 8º, DO CPC/2015. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por Ismael Pessoa Carvalho Amorim, com fundamento no artigo 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Tocantins, assim ementado (fl. 130):

APELAÇÃO. EMBARGOS DO DEVEDOR. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. ADIMPLEMENTO DA DÍVIDA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE. RECURSOS IMPROVIDOS.

1. Tendo o trânsito em julgado da sentença do processo de conhecimento - título judicial - se dado em 09/09/2010, não se operou a prescrição, cujo prazo é de cinco anos (Sumula 150 do STJ), vez que o ajuizamento da execução se deu em 09/09/2015.

2. Ademais, a sentença homologatória ocorreu na data de 09/09/2010, entretanto, devido o não cumprimento da decisão pelo Município de Itaguatins, na data de 09/05/2013, em audiência, ficou determinado que as execuções fossem individuais a serem promovidas pelos próprios beneficiários do acordo. Desta forma tem-se que entre a data do ajuizamento da ação de execução 09/09/2015, e a data do último ato processual 09/05/2013 que determinou a intimação dos beneficiários, sequer ultrapassou dois anos e meio, conforme alega a parte embargante, não se aplicando o Decreto 4.597/1942. Precedentes.

3. Embora tenha o Município de Itaguatins sustentado a existência do pagamento como fato extintivo do direito ao crédito discutido no bojo da execução, não juntou prova da alegação, ônus que lhe cabia por determinação do artigo 373, II, do CPC, pelo que não merece provimento o recurso apelatório interposto pelo ente municipal.

4. Os honorários advocatícios foram fixados de maneira proporcional, não havendo que se falar em majoração, conforme pretende a embargada.

5. Recursos conhecidos e improvidos.

Nas razões de sua irresignação, o recorrente alega, além de dissídio jurisprudencial, violação do artigo 85, § 8º, do CPC/2015, ao argumento de que, "no presente caso, em se tratando de processo com proveito econômico irrisório, os honorários devem ser fixados mediante apreciação equitativa, o que não ocorreu no presente caso" (fl. 159).

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 186-194.

É o relatório. Passo a decidir.

A pretensão merece prosperar.

Com efeito, esta Corte Superior já decidiu que a fixação dos honorários advocatícios com base na apreciação equitativa prevista no art. 85, § 8º, do CPC/2015 somente tem aplicação nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico, ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo.

No presente caso, o valor do proveito econômico obtido representa a importância de R\$ R\$ 2.489,78 (dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e setenta e oito centavos), valor considerado inestimável, cabendo, portanto, o arbitramento da verba honorária consoante a apreciação equitativa prevista no art. 85, § 8º, do CPC/2015.

Ocorre que, ao negar provimento à apelação interposta pelo Município de Itaguatins, confirmando incólume a sentença que julgou improcedente os seus embargos do devedor, o Tribunal de origem manteve a condenação em 10% do valor da execução (proveito econômico obtido), nos termos do art. 85, §3º, I, CPC), em afronta ao entendimento jurisprudencial firmado neste e. STJ. Destarte, a irresignação merece acolhida, devendo os autos retornar à origem para fixação de novo valor.

Sob esse prisma:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA A TODOS FUNDAMENTOS DO DECISUM AGRAVADO. SÚMULA 182/STJ. TESE DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR QUE FOI RECHAÇADA PELA CORTE DE ORIGEM A PARTIR DO EXAME FÁTICO DOS AUTOS. INVIABILIDADE DE ALTERAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS COM BASE NA APRECIÇÃO EQUITATIVA DO MAGISTRADO. ART. 85, § 8º. DO CÓDIGO FUX. AGRAVO INTERNO DA MUNICIPALIDADE A QUE SE NEGA PROVIMENTO. [...]

4. Admite-se a definição equitativa da verba honorária quando inestimável ou irrisório o proveito econômico ou muito baixo o valor da causa (art. 85, § 8º. do Código Fux), sendo este o caso dos autos.

5. Agravo Interno da Municipalidade a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.223.652/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 18/11/2019)

PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. DÍVIDA ATIVA. ENTENDIMENTO FIRMADO POR JURISPRUDÊNCIA DO STJ. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO APÓS CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85 DO CPC/2015.

[...]

III - Por fim, no que concerne à base de cálculo dos honorários advocatícios

Superior Tribunal de Justiça

sucumbenciais, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que, nas causas em que a Fazenda Pública for litigante, os honorários advocatícios devem ser fixados observando-se os parâmetros estampados no art. 85, § 2º, caput e incisos I a IV, do CPC/2015 e com os percentuais delimitados no § 3º do referido artigo.

IV - Por outro lado, na vigência do CPC/2015, a fixação de honorários advocatícios por apreciação equitativa, conforme o contido no § 8º, artigo 85, do CPC/2015, somente tem guarida nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo.

V - Nesse sentido, confirmam-se: AgInt no REsp 1736151/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/10/2018, DJe 06/11/2018; REsp 1750763/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 12/12/2018; AgInt no AREsp 1187650/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 30/04/2018.

VII - Agravo interno improvido. (AgInt no REsp 1.797.095/RS, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 24/9/2019)

Ante o exposto, **dou provimento** ao recurso especial, para determinar o retorno dos autos à origem, a fim de que a fixação dos honorários ocorra de forma equitativa, eis que a demanda possui valor econômico inestimável, sendo aplicável na espécie as disposições do art. 85, § 8º do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator